

OCUPAÇÃO PROTO-HISTÓRICA E ROMANA NO ENTRE-DOURO-E-VOUGA LITORAL: BREVE BALANÇO DE UMA INVESTIGAÇÃO EM CURSO

por

António Manuel S. P. Silva*

Resumo: Com o presente texto (que antecede em parte os resultados da dissertação de Mestrado em Arqueologia que o A. tem em preparação na Universidade do Porto) apresentam-se as principais problemáticas da investigação arqueológica relacionada com a ocupação humana de uma vasta região entre os Rios Douro e Vouga, no período compreendido entre o Bronze Final e a Baixa Romanidade. As principais conclusões a propósito da romanização desta área geográfica apontam, por enquanto, para uma especial influência romana, a partir dos castros pré-existentes, nas zonas mais litorais, acompanhando nomeadamente a via *ad Bracaram*, enquanto no interior mais montanhoso a aculturação mais significativa dos povos indígenas parece ter constituído um fenómeno tardio no quadro do domínio romano na Península.

Palavras-chave: Proto-história. Romanização. Entre-Douro-e-Vouga Litoral.

Abstract: This paper presents the preliminary results of a research project focused on the Iron Age/Roman Period transition in a region of about 2,200 km² bounded by the Douro and Vouga rivers (Oporto-Aveiro districts) in the North of Portugal. According to the present data, Roman influence on the indigenous peoples seems deeper in the coastal area, arising from the Iron Age “castros” (fortified hills); whereas in the hinterland the Roman presence appears as a late phenomenon in its domination on this Empire province.

Key-words: Iron Age. Roman period. Northern Portugal.

0. INTRODUÇÃO

O presente trabalho constitui a primeira apresentação pública de um projecto de investigação que vimos desenvolvendo para o estudo da proto-história e da romanização no Entre-Douro-e-Vouga Litoral.

Desta forma, a visão de síntese que iremos propor, se poderá estar em parte condicionada pelo carácter provisório decorrente de qualquer pesquisa em

* Direcção da S.P.A.E. Centro de Arqueologia de Arouca (Ap. 39 - 4540 Arouca).

curso, em particular para uma área geográfica tão extensa e para um âmbito cronológico tão amplo, por outro lado possibilita a primeira análise de conjunto recente sobre esta região, e adianta por certo uma parte significativa das conclusões gerais da investigação.

A arqueologia da região portuguesa do Entre-Douro-e-Vouga litoral desde há muito revela potencialidades que só o pouco desenvolvimento das investigações impediu até há alguns anos que fossem confirmadas e que aquela área assumisse um lugar mais destacado no conhecimento arqueológico.

Área vasta e de uma grande variedade ecológica, charneira entre o Norte e o Centro do País e faixa litoral que se adentra e faz a transição para o interior montanhoso das Beiras, (Est. I,1) desde a Pré-história que atraiu a fixação de populações cujos vestígios em muitos casos se conservam.

Nomeadamente, apresenta-se hoje esta região, à luz dos modernos conhecimentos, como uma área bastante rica em testemunhos pré-históricos, particularmente no que ao Megalitismo diz respeito. Os vestígios da ocupação proto-histórica, por sua vez, são abundantes, e bastante expressivos também os de cronologia romana, como adiante se verá.

Todavia, após os trabalhos pioneiros de alguns investigadores, como Félix Alves Pereira (1907), José Fortes (1909), Amorim Girão (1921), Alberto Souto (1930, 1942), Armando de Mattos (1937), Rocha Madhail (1941), Arlindo de Sousa (1947-48, 1954) ou Albuquerque e Castro (1946), desenvolvidos até meados do presente século, a região foi quase esquecida na pesquisa arqueológica, ao que constituiu excepção apenas um ou outro estudo pontual, como os efectuados por D. Domingos de Pinho Brandão para a epigrafia romana (1961a, 1961b, 1962a) e alguns achados metálicos dos concelhos de Arouca (1962b) e Vale de Cambra (1963). Só na última década, praticamente, a investigação se dinamizou, surgindo então alguns projectos de pesquisa, quer na área da pré-história¹, quer naquela que mais nos interessa, o castrejo-romano, com o lançamento de diversas acções de escavação sistemática, em estações de Vila Nova de Gaia, Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis, Espinho, Arouca e Albergaria-a-Velha, essencialmente².

Esta uma das razões que suscitaram a escolha do espaço geográfico do interflúvio durio-vaucense para o nosso trabalho.

¹ Principalmente através do estudo sistemático do Megalitismo da região, que vem sendo realizado por Fernando A. Pereira da Silva (cfr. especialmente Silva, F.A.P. 1993, com bibliografia e uma visão geral). Estudos mais localizados vêm também a ser feitos em Vila Nova de Gaia (Jorge 1984; Rodrigues & Ribeiro 1991) e Castelo de Paiva (Silva, E.J.L. 1990).

² V. bibliografia final para referências.

1. MEIO NATURAL

Por outro lado, se é por certo discutível tratar-se esta área de uma região natural perfeitamente homogénea, mesmo considerando a fluidez do conceito e a sua variabilidade de acordo com os domínios que se elejam como mais significativos (altimetria, geologia, edafologia, clima ou revestimento vegetal, etc.)³, a maior parte dos geógrafos concordam em atribuir-lhe uma certa identidade própria, ainda que nem sempre coincidente nos respectivos limites.

Esta relativa identidade comporta, todavia, uma diversidade altimétrica e ecológica que muito particularmente nos interessou.

Geologicamente, a área pode repartir-se, de forma simplificada, em três grandes unidades. Na parte central e Nascente, distribui-se o designado complexo xisto-grauváquico ante-ordovícico, alternante e não raro metamorfozado com diferentes séries de granitos hercínicos alcalinos e porfiríoides. A orla mezocenozóica ocidental, finalmente, que se alarga de modo especial a Sul da latitude de Espinho, é composta em grande medida pela cobertura dunar recente (finais do Würm-Holoceno) e por depósitos detríticos de natureza diversa⁴.

Relativamente aos aspectos orográficos, (Est. I,2) a zona mais ocidental do Entre-Douro-e-Vouga combina a planície litoral com as áreas submontanas e um *hinterland* montanhoso bastante vigoroso, subindo as cotas desde o nível do mar até aos 1100 metros numa estreita faixa que em média se distancia apenas cerca de 40km à linha da costa. De acordo com caracterizações geomorfológicas recentes (Araújo 1991) verifica-se que a uma plataforma litoral de poucos quilómetros sucede-se, a partir dos 120-140 metros de altitude, um relevo marginal relativamente expressivo, que alonga o nível basal até aos 400 metros (Cary 1985:35), seguindo depois as altitudes até aos níveis montanos superiores a 700-800 metros, característicos do Maciço da Gralheira (Serras da Freita, Arada e Arestal). Este conjunto de relevos, de orientação geral NO.-SE.-NE., representa precisamente, na orla ocidental do “maciço antigo”, as plataformas de erosão que marcam o contacto do bloco hespérico com a franja mezocenozóica litoral e que como que “fecham”, pelo Oriente, a nossa região de estudo, fazendo a transição para o Montemuro e os planaltos beirões.

Do ponto de vista hidrográfico, por outro lado, a região revela-se como uma área particularmente bem irrigada. Ocupando basicamente o espaço de duas grandes bacias, a do rio Douro e a do Vouga, é extremamente numerosa a quantidade de rios e de linhas de água de menor expressão que sulcam o território, correndo geralmente de Sudeste ou Sul para Norte e de Nordeste para

³ Para uma discussão crítica do conceito v. Roncayolo 1986.

⁴ Cfr. Araújo 1991, em especial pp. 81-97, para síntese actualizada sobre esta problemática.

Sul ou Sudoeste conforme a bacia em que se inserem, (Est. II) situação a que escapam apenas um conjunto de ribeiros da plataforma litoral, cujo curso é perpendicular à costa (Araújo 1991).

A variedade altimétrica e geológica e a presença destes dois grandes rios, com capacidade de penetração, bem como o ecossistema lagunar muito próprio do Baixo-Vouga, suscitaram naturalmente uma gama de recursos diversificados, em que o sal e o peixe, as terras férteis das várzeas do Norte ou dos campos do Vouga e os planaltos de vocação pastoril, os depósitos minerais, ou mesmo a circunstância de ser um eixo natural de circulação Norte-Sul criaram fortes estímulos à fixação humana. Um último elemento de particular relevância, já que condicionou fortemente a ocupação antrópica da região e a eventual preservação dos correspondentes vestígios arqueológicos, diz respeito às alterações da linha da costa, provocadas pelas oscilações do nível marinho, nomeadamente a transgressão flandriana (Martins, F.1946; Alves *et al.*, 1988-89).

Neste contexto, este território, convencionalmente considerado algo “marginal” (Cardozo 1973:262) — logo, de transição e sobreposição — em relação à área nuclear da cultura castreja normativamente entendida, desafiou-nos ao estudo cujos primeiros resultados agora se apresentam.

2. A OCUPAÇÃO PROTO-HISTÓRICA

A mancha de dispersão dos povoados castrejos, a partir dos primeiros aldeamentos em altura do Bronze Final, reúne já mais de três dezenas de estações, confirmadas individualmente a partir do trabalho de campo⁵.

A cartografia obtida (Est. III) cobre, muito naturalmente, um conjunto de estações de parâmetros cronológicos muito amplos, desde os povoados ocupados (e porventura abandonados) no final da Idade do Bronze até aos castros profundamente romanizados que tiveram precisamente o seu momento de maior expansão e relevância em época tardia do Império.

Esta realidade deverá aconselhar-nos alguma prudência nos estudos de tipo espacial, do género “*site catchement area*”, áreas de visibilidade, zonas de influência a partir de polígonos de Thiessen ou outros, a menos que consideremos uma espécie de *optimum* de ocupação que permita estabelecer uma relação

⁵ Comparando este número com as estações recenseadas no último inventário dos castros do Norte de Portugal (Silva, A.C. 1986), no que a esta região se refere, verificamos que o número global de povoados resulta por enquanto no nosso levantamento um pouco inferior, o que decorre do facto de termos considerado algumas estações ali enunciadas como de cronologia incerta ou localização imprecisa, défice que algumas inéditas que acrescentámos não compensou totalmente.

de coetaneidade minimamente segura entre todos, considerando, por exemplo, que nos séculos II-I a.C. todos os povoados existiriam já. Todavia, se entendemos este critério relativamente aceitável para o limite cronológico superior, já que as fundações romanas alto-imperiais parecem ser aqui muito raras, tal deixaria de fora algumas estações cuja ocupação parece circunscrever-se ao Bronze Final, como sucede por exemplo com o povoado de S. Julião (Albergaria-a-Velha) recentemente localizado e actualmente em curso de escavação⁶.

A implantação topográfica dos castros que recenseámos não se afasta muito, por ora, dos modelos estabelecidos para todo o Noroeste (Silva,A.C.1986). Se bem que pareça notar-se uma certa preferência por altitudes médias, a localização dos povoados é diversificada em função das condições do relevo, o que ocasiona estações assentes em esporões (Sandim, Cristelo, etc.), cerros dominantes (Cividade, Monte Murado) ou colinas de baixa altitude mas destacadas na paisagem (Craсто de Mansores, Mafamude), e, muito naturalmente, uma grande atracção pelas linhas de água.

Esta relação do povoamento castrejo com a rede hidrográfica, já salientada em termos genéricos (Silva,A.C. 1986:23-26) e que é evidente em cartografia a grande escala no modo como várias estações “procuraram” as linhas do Douro e do Vouga, por exemplo, torna-se ainda mais relevante se considerarmos a localização microtopográfica de cada povoado. Então, com poucas excepções, vemos como as estações se situam próximo de cursos fluviais, instalando-se frequentemente em meandros ou bifurcações (Sandim, UI, Ossela, Salreu, Paradela, etc.). O rio é, assim, elemento de acessibilidade ou transporte, quando navegável, providencia recursos alimentares e económicos de diferente ordem e, sobretudo, é incorporado nos elementos da estruturação defensiva, tornando dispensável parte do investimento de trabalho na construção de muralhas de perímetro total ou na escavação de fossos.

Em relação à tipologia e arquitectura de cada povoado, as informações disponíveis são bastante escassas. A presença generalizada de amuralhamentos só para duas ou três estações está suficientemente documentada. Nos casos de Romariz e de UI, nomeadamente, as muralhas pétreas, espessas, com muros de reforço e aparelho poligonal ou helicoidal afeiçoado a pico (Silva,A.C. 1986: 32-3; Marques 1989:70), parecem corresponder a momentos cronologicamente avançados daqueles castros, ocorrendo em muitos outros estruturas menos desenvolvidas como taludes de terra, terraplenos ou muros defensivos mais frustres, de datação por ora incerta. A presença de fossos, por outro lado, parece ganhar mais expressão nos castros litorais de menor altitude e maior dificuldade de uma defesa eficiente, como sucede por exemplo no de Ovil, (Paramos,

⁶ Trabalho que conduzimos em co-direcção com Fernando A. Pereira da Silva.

Espinho)⁷.

Também as estruturas habitacionais são bastante mal conhecidas, já que apenas uma estação, o castro de Romariz, apresenta escavada uma área representativa (Silva & Centeno 1982; Silva, A.C. 1986). Aqui, os trabalhos revelaram uma organização proto-urbana⁸ assente em núcleos familiares de várias salas e espaços isentos delimitados por muros divisórios (Silva & Centeno 1982; 1993), modelo que A. C. Ferreira da Silva tem vindo a identificar em Sanfins e noutras estações (1986). A organização nuclearizada das habitações e a presença de pátios lajeados a criar entre elas espaços comuns sugere que modelo idêntico poderá ocorrer nos castros de Ul (Marques 1989) e de Ovil (Ferreira & Silva 1984, 1985; Salvador 1992), o que neste último caso, a confirmar-se, será extremamente interessante, dada a natureza quase exclusivamente indígena do povoado.

3. A OCUPAÇÃO ROMANA

Se do quadro da Idade do Ferro passarmos ao ambiente do domínio romano, verifica-se antes de mais que se a informação se diversifica, reduz-se também no que ao número de assentamentos humanos diz respeito.

Na realidade, a quantidade de castros com vestígios de romanização evidentes é escasso e parece seguir uma estratégia de implantação extremamente selectiva, com clara preferência pelo eixo litoral e pelas proximidades do Douro ou do Vouga.

Naturalmente, tal quadro pode também decorrer de lacunas de investigação, já que o número de estações escavadas é diminuto e em muitos locais não ocorrem sequer materiais de superfície que indiquem a sua cronologia. Por outro lado, não considerámos o simples e isolado aparecimento de fragmentos de ânfora, por exemplo, como indicador seguro e completo de romanização; dado o carácter muito específico e até por vezes precoce daquele material no âmbito da aculturação do Noroeste.

⁷ O estudo deste importante castro litoral (situado a cerca de 2 km da linha costeira), iniciado por Carlos J. A. Ferreira (†) e Maria Antónia S. Silva (Ferreira & Silva, 1984, 1985) foi recentemente retomado (Salvador 1992; Silva, A.M. & Salvador 1992) com vista à obtenção de dados que permitam compreender, entre outros aspectos, as suas infra-estruturas económicas, mormente em relação com os recursos marítimos de que a próxima armadilha fixa de pesca de Silvalde é exemplo cabal (Alves *et al.* 1988-89).

⁸ Para usar a expressão convencional, já que nos parecem acertadas as críticas de F. Calo a esta concepção clássica do urbanismo castrejo (1993:102-3).

Na carta que apresentamos (Est IV)⁹ ressaltam, como elementos que a par dos povoados mais poderão porventura contribuir para análises demográficas e de aculturação, a distribuição das necrópoles e dos achados epigráficos.

No que respeita aos espaços funerários, a mancha produzida é extremamente desigual e rarefeita, o que sem dúvida se deve ao pouco investimento da pesquisa neste domínio. Praticamente todas de incineração, localizam-se quer no litoral atlântico norte, casos de Valadares e Gulpilhares, em Vila Nova de Gaia (Fortes 1909; Guimarães 1993), associadas a castros, como no Monte Murado, também em Gaia (Lima 1989), ou em Vila Cova de Perrinho, Vale de Cambra, de que existem apenas notícias algo vagas, e nuclearizadas depois na margem esquerda do rio Paiva. É desta região, aliás a única escavada, parcialmente, nos últimos anos e com metodologia adequada, em Sardoura, Castelo de Paiva (Dias 1985), cuja publicação integral se aguarda com muito interesse.

Mais disseminada e variada é a epigrafia da região. Conhecem-se mais de uma vintena de inscrições, embora, como é tradicional neste tipo de testemunhos, o seu contexto arqueológico seja muitas vezes inseguro.

Além do marco miliário de Ul, Oliveira de Azeméis, do século I (Almeida, F. 1956), e do *terminvs avgvustalis* que na mesma zona define a transição entre a região norte habitada pelos Túrdulos Velhos e a área mais meridional ocupada pelos Talabrigenses (*idem* 1953; Silva, A.C. 1983, 1984 1986), é epitafial a grande maioria das inscrições. Entre as religiosas, atestam divindades indígenas as do Castelo da Feira (Encarnação 1971) e devotaram-se a Júpiter as restantes identificadas com leitura. Importa ainda mencionar o importante achado recente de um cipo votivo dedicado pelos *Haberi*, etnónimo de ressonâncias meridionais que parece vir ampliar o quadro dos *populi* identificados na margem esquerda do Baixo Douro (Silva, A.C. 1992:46-7).

Ressaltam da carta da distribuição da epigrafia dois elementos que merecem destaque: por um lado, a localização de uma oficina de lapicida na área do Baixo Paiva, que produziu, em época tardia, as estelas em xisto da necrópole de Alvariça (Espunça, Arouca)¹⁰, de que se registaram pelo menos sete exemplares (Brandão 1962a, 1987), e a aparecida em Folgoso, Castelo de Paiva (Aguiar 1944; Almeida, C.A.F. 1972a) que se guarda no Museu do Instituto de

⁹ Carta que, aliás, intencionalmente não legendámos de forma pontual, dado o carácter provisório de algumas das informações utilizadas e a circunstância de recorrermos aquele mapa apenas com o propósito de análises de distribuição, não ainda de inventário e caracterização individualizada.

¹⁰ Infelizmente, acha-se disperso o espólio desta importante necrópole e não se conhece sequer o contexto preciso das epígrafes publicadas. Segundo a revisão dos dados que vimos efectuando e o exame directo do local, pode mesmo colocar-se a possibilidade de tratar-se não de uma mas antes de duas necrópoles bastante próximas.

Antropologia da Faculdade de Ciências do Porto. Por outro, a existência de como que um núcleo epigráfico na área feirense das freguesias de Vale-Romariz-Fiães, onde se acharam já nove peças, porventura a sugerir a importância dos respectivos castros ou do eixo viário litoral.

A circulação monetária romana está atestada de forma muito desigual na nossa região. Além dos achados avulsos, documentados em praticamente todos os concelhos, ou dos numismas que ocorreram em escavações de castros, pontualmente em grande quantidade, como sucedeu no de Fiães (Almeida, C.A.F. 1972c; *idem* & Santos 1971), revela-se significativo o aparecimento de alguns tesouros.

No castro de Romariz encontrou-se no século XIX um tesouro de cerca de uma centena de moedas republicanas dos séculos II-I a.C., cujo ocultamento poderá ter ocorrido entre os anos de 74 e 72 a.C., relacionado com a fase final das guerras sertorianas, segundo proposta de Rui Centeno (1976-77), que estudou o conjunto monetário. No castro de Fiães conhecem-se dois outros tesouros, totalizando cerca de centena e meia de moedas do século IV, cujo contexto arqueológico indicia claramente que a sua perda esteve associada a situações de abandono ou destruição, como regista o mesmo Autor (1976).

Dois outros tesouros apareceram em regiões mais interiores, igualmente do século IV mas de menor expressão arqueológica e valor monetário. Trata-se, num dos casos, de um achado de Sobrado, Castelo de Paiva, constituído aparentemente por algumas dezenas de pequenos bronzes, uma vez que o achado se acha deficientemente publicado (Pinho 1946; Hipólito 1960-61). O outro, corresponde a um achado recente da Vila de Arouca (Silva, A. M. 1989-90). Mais uma vez um pequeno tesouro de 20 numismas do século IV, de composição aparentemente similar ao de Paiva e que parece ter sido ocultado entre os finais do século IV e os inícios da centúria seguinte. Infelizmente, o contexto arqueológico da descoberta é muito difuso, merecendo realce, todavia, a circunstância incomum do esconderijo do tesouro, o movente de uma mó giratória, em cuja face superior foi rasgada uma pequena cavidade onde as moedas foram ocultas, disfarçando-se então o entalhe com uma argamassa plástica (*idem*, Est. I,1).

A carta dos elementos da romanização mostra-nos ainda a ocorrência de dois fornos cerâmicos, do século primeiro o do Paranho Canelas, V. N. Gaia (Silva, A.C. *et al.* 1984), bem mais tardio o de Eixo, Aveiro (Almeida, C.A.B. *et al.* 1987); bem como os vestígios de mineração romana no Braçal, Sever do Vouga (Castro 1946) e a armadilha de pesca de Silvalde, Espinho (Alves *et al.* 1988-89), importante testemunho da exploração dos recursos marítimos por parte das comunidades do século I, eventualmente conectáveis com o próximo Castro de Ovil.

4. CONCLUSÕES

Do exposto, e na presente fase da nossa investigação, podemos enunciar um conjunto de ideias-força, simultaneamente resultado e hipótese de trabalho a confirmar futuramente pelo desenvolvimento das escavações e outras acções de campo.

1) **A romanização é um fenómeno essencialmente litoral**, para o qual terão contribuído grandemente os percursos das campanhas militares, como a de *Decimvs Ivlivs Brvtvs* em 138-136 a.C., e fundamentalmente a construção da via *ad Bracaram* descrita no roteiro antoniniano.

Esboçando o traçado da via romana na carta da romanização (Est. IV) vê-se claramente o seu papel na ligação das estações de maiores dimensões (como Cabeço do Vouga, Ul, Fiães e Monte Murado) e na concentração de vestígios de diversa tipologia. Fora do eixo da estrada militar romana, aliás, as estações aproximam-se de outras “vias”: as constituídas pelos rios Douro e Vouga, e mesmo o aparecimento de testemunhos romanos nas zonas de Escariz-Fermedo (Arouca) e Castelo de Paiva pode estar ligada aos eixos viários subsidiários que de Viseu conduziam ao litoral, entroncando na via militar por alturas de Fiães, e ao Douro.

2) Se há alguns casos em que o *habitat* do Bronze Final parece não ter continuidade (como aparentemente sucede em S. Julião, Albergaria-a-Velha) e castros que parecem ter sido desocupados ou não terem sentido a influência romanizadora (à excepção da eventual e esparsa presença de fragmentos de ânfora, como sucede em Baiza ou Ovil), **a generalidade da ocupação romana faz-se a partir dos castros pré-existentes**, nuns casos com uma certa intensidade já no período do Alto Império, o que as *tesserae hospitales* do Monte Murado claramente confirmam (Silva, A.C. 1983), noutros, sendo meramente vestigial a ocupação deste período e parecendo ocorrer um *floruit* relevante nos séculos IV-V (Valinhas, Fiães, Cacia). **Não se detectam aparentemente novas fundações de época romana¹¹ nem há vestígios de qualquer villa.**

3) **A romanização do interior parece ser claramente um fenómeno tardio e algo marginal.** A raridade dos vestígios romanos em geral e o quase deserto que é a época alto-imperial na área do concelho de Arouca, por exemplo, sugerem que estas povoações terão mantido o seu estilo de vida autóctone, pouco sensíveis à presença ordenadora dos invasores ou pouco interessados, estes, no investimento em regiões economicamente pouco compensadoras.

¹¹ Quando muito, estarão documentadas em Cacia (Aveiro) e Cristelo da Branca (Albergaria-a-Velha), de onde não se conhecem com segurança materiais pré-romanos (cfr. Souto 1930, 1942 e Vaz 1981-82, 1983).

Veja-se, a título ilustrativo, que são do Baixo Império os tesouros monetários de Arouca e de Paiva e tardias as necrópoles de Alvariça e, no geral, as de Paiva. Mesmo numa estação que vimos estudando, o castro de Valinhas (Sta. Eulália, Arouca), os materiais dos séculos I-II são, pelo menos até ao momento, meramente vestigiais em relação aos dos séculos IV e V, que se apresentam, por sua vez, de produção muito local e atípica.

BIBLIOGRAFIA GERAL¹²

- AGUIAR (1944): J. Monteiro de Aguiar, Epitáfio romano de Folgoso (Castelo de Paiva), *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 10 (2), Porto, 167-9.
- ALARCÃO (1988): Jorge de Alarcão, *Roman Portugal. II. Gazetteer* (Inventário), Fasc. 2, Warminster.
- ALMEIDA C.A.B. *et al.* (1987): Carlos Alberto Brochado de Almeida, Artur Jorge Almeida e António J. Cunha Leal, O forno cerâmico romano de Eixo - Aveiro, *Portvgalia*, Nova Série, VIII, Porto, IAFLUP, 69-72.
- ALMEIDA, C.A.F. (1959): Carlos Alberto Ferreira de Almeida, Duas inscrições romanas da "Civitas Sanctae Mariae", *Douro Litoral*, 9ª Série, I, Porto, 161-6.
- Idem* (1972a): Notas sobre a Alta Idade Média no Noroeste de Portugal, *Revista da Faculdade de Letras. História*, 3, Porto, 113-136.
- Idem* (1972b): Cerâmica romana de Fiães, *Rev. Fac. Letras. História*, 3, Porto, 191-205
- Idem* (1972c): O Castro de Fiães (II), *Rev. Fac. Letras. História*, 3, Porto, 207-14.
- Idem* (1983): Cultura castreja. Evolução e problemática, *Arqueologia*, 8, Porto, GEAP, 70-74.
- Idem* (1986): Arte castreja. A sua lição para os fenómenos de assimilação e resistência à romanidade, *Arqueologia*, 13, Porto, GEAP, 161-72.
- Idem* & SANTOS (1971): Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Eugénio dos Santos, O Castro de Fiães, *Rev. Fac. Letras. História*, 2, Porto, 147-68.
- ALMEIDA, F. (1953): Fernando de Almeida, *Terminus Augustalis* entre Talabriga e Langobriga, *O Arqueólogo Português*, 2ª Série, 2, Lisboa, 209-12.
- Idem* (1956): Marcos miliários da via romana "Aeminium-Cale", *O Arqueólogo Português*, 2ª Série, 3, Lisboa, 111-6.
- ALVES *et al.* (1988-89): Francisco J. S. Alves *et al.*, "A armadilha de pesca da época romana descoberta na praia de Silvalde (Espinho), *O Arqueólogo Português*, Série IV, 6/7, Lisboa, 187-226.
- ARAÚJO (1991): Maria da Assunção F. P. Araújo, *Evolução geomorfológica da plataforma litoral da região do Porto*, 2 vols., diss. polic., Fac. de Letras Univ. Porto, Porto.
- BRANDÃO (1961a): Domingos de Pinho Brandão, *Lápide sepulcral luso-romana de Fermedo*, Arouca, sep. "Lvcerna", I, 1, Porto.
- Idem* (1961b): *Ainda a inscrição de Fermedo*, sep. "Lvcerna", I, 2, Porto.

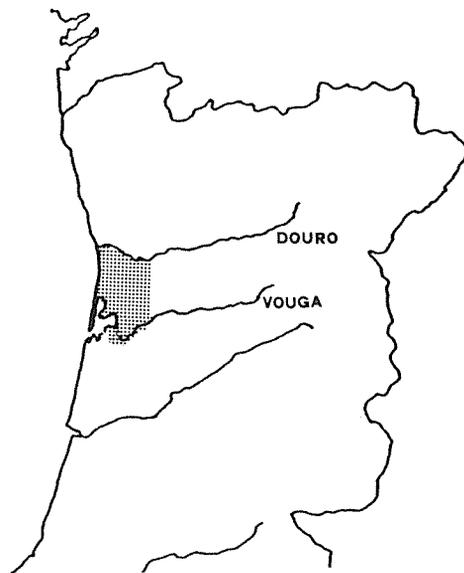
¹² Por compreensível economia de espaço referenciamos apenas a bibliografia directamente citada no texto, com uma ou outra excepção para trabalhos fundamentais para a área e tema em estudo.

- Idem* (1962a): A epigrafia latina do concelho de Arouca e alguns dos seus problemas, *Stvdivm Generale*, 9(1), Porto, 313-8.
- Idem* (1962b): Achados soltos de cobre e bronze no concelho de Arouca, *Stvdivm Generale*, 9(1), Porto, 85-93.
- Idem* (1963): Achado da “época do Bronze” de Vila Cova de Perrinho - Vale de Cambra, *Lvcerna*, 3, Porto, 114-8.
- Idem* (1987): Oito inscrições latinas funerárias do concelho de Arouca, in *Actas das I Jornadas de História e Arqueologia do Concelho de Arouca*, Arouca, 107-13.
- CALO (1993): Francisco Calo Lourido, *A Cultura Castrexa*, Vigo, A Nosa Terra.
- CARDOZO (1973): Mário Cardozo, La Culture des “Castros” du Portugal, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XXII (3), Porto, 262-82.
- CARY (1985): Francisco Caldeira Cary, *Enquadramento e perfis do investimento agrícola no continente português*, I, Lisboa.
- CASTRO (1946): Luis Albuquerque e Castro, Um achado romano - lucernas, *Estudos, Notas e Trabalhos do Serviço de Fomento Mineiro*, 2 (2), 108-10.
- CASTRO, M. (1987): Miguel Elfísio de Castro, Trajecto da via militar romana (desde a Branca a Fiães da Feira), in *Actas das I Jornadas de História e Arqueologia do Concelho de Arouca*, Arouca, 47-52.
- CENTENO (1976): Rui M. S. Centeno, Numismática de Fiães: dois tesouros do Baixo-Império, *Nymisma*, 138-143, Madrid, 171-85.
- Idem* (1976-1977): O tesouro monetário do castro de Romariz (Portugal), *Sautuola*, 2, Santander, 209-19.
- Idem* (1987): *Circulação monetária no Noroeste de Hispânia até 192*, (Anexos *Nymmvs*, 1), Porto.
- DIAS (1985): Lino A. T. Dias, Castelo de Paiva. Necrópole de Valbeirô - Sardoura, 1982, *Informação Arqueológica*, 5 (1982-83), Lisboa, IPPC, 37-8.
- ENCARNAÇÃO (1971): José d’Encarnação, Duas importantes aras romanas de Vila da Feira, *Aveiro e o seu Distrito*, 11, Aveiro, 59-61.
- FERREIRA & SILVA (1984): Carlos J. Alves Ferreira e Maria Antónia S. Silva, Distrito de Aveiro. Espinho. Castro de Ovil, *Informação Arqueológica*, 4 (1981), Lisboa, IPPC, 41-3.
- Idem, idem* (1985): Espinho: Castro de Ovil -1982, *Informação Arqueológica*, 5 (1982-83), Lisboa, IPPC, 38-9.
- FORTES (1909): José Fortes, Gaya no passado, in António Arroyo *et al.*, *Mea Villa de Gaya*, Porto, 9-28.
- GIRÃO (1921): Aristides de Amorim Girão, *Antiguidades pré-históricas de Lafões. Contribuição para o estudo da arqueologia de Portugal*, Coimbra.
- GONÇALVES (1984): António Huet de Bacelar, Notas arqueológicas de Rui de Serpa Pinto sobre o litoral entre Douro e Vouga, *Gaya*, 2, V. N. Gaia, 73-82.
- Idem* (1989): Novos inéditos de Rui de Serpa Pinto, *Póvoa do Varzim. Boletim Cultural*, XXVI (2), Póvoa de Varzim, 467-97.
- GUIMARÃES (1993): Gonçalves Guimarães, *Roteiro arqueológico de Vila Nova de Gaia*, V. N. Gaia.
- HIPÓLITO (1960-61): Mário de Castro Hipólito, Dos tesouros de moedas romanas em Portugal, *Conimbriga*, 2/3, Coimbra, 1-166.
- JORGE (1984): Vítor Oliveira Jorge, Escavação da Mamoa da Gestosa (Sandim - Vila Nova de Gaia), *Gaya*, II, V. N. Gaia, 19-38.
- LAMBRINO (1959-60): Scarlat Lambrino, *Le nom Aefvs et la cité d’Avobriga en Lusitanie*,

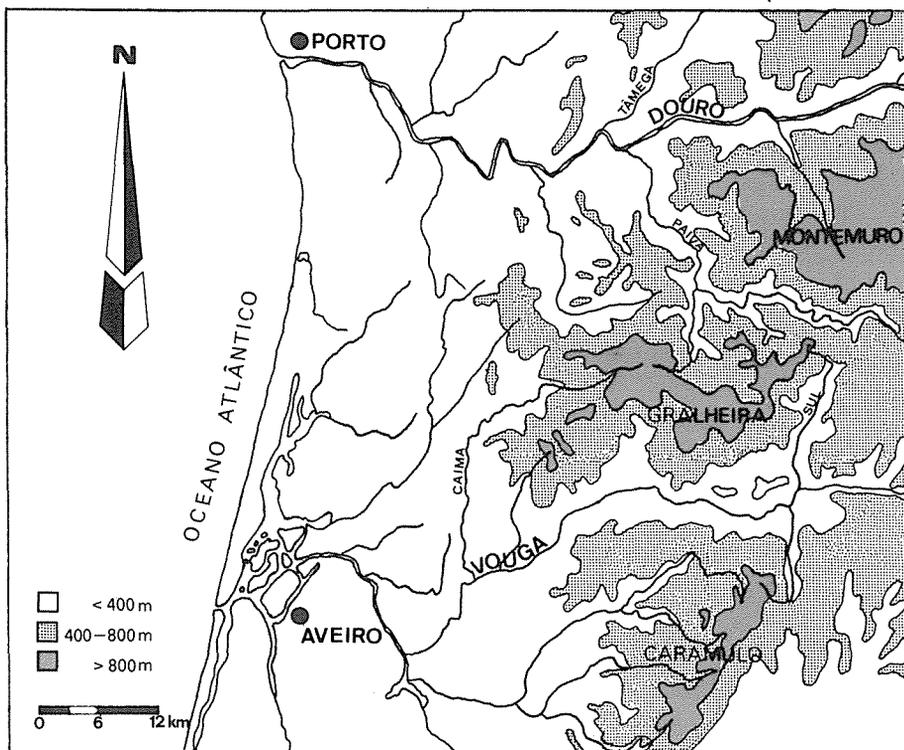
- sep. "Bulletin des Études Portugaises", XXII, Lisboa, 5-20.
- LIMA (1989): António M. Carvalho, *O Castro da Senhora da Saúde ou Monte Murado (Pedroso/Perosinho, Vila Nova de Gaia) - Proposta de classificação como imóvel de interesse público. Memória descritiva e justificativa*, Relatº dactilogº, V. N. Gaia.
- MADHAIL (1941): António G. Rocha, Estação luso-romana do Cabeço do Vouga. I. Terraço subjacente à Ermida do Espírito Santo ou da Vitória, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, 7, Aveiro, 227-58, 313-69.
- MARQUES (1989): José A. Maia Marques, Escavações no Castro de Ul (Oliveira de Azeméis). Primeira notícia, *Revista de Ciências Históricas*, Porto, Univ. Portucalense, 65-89.
- MARTINS, F. (1946): Fernandes Martins, A configuração do litoral português no último quartel do século XIV. Apostila a um mapa. *Biblos. Rev. da Fac. de Letras de Coimbra*, XXII, I, Coimbra, 163-97.
- MARTINS, M. (1990), Manuela Martins, *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*, Cadernos de Arqueologia/Monografias, 5, Braga, Univ. Minho.
- MATTOS (1937): Armando de Mattos, *As estradas romanas no concelho de Gaia*, Vila Nova de Gaia.
- PEREIRA (1907): Félix Alves Pereira, Geographia protohistorica da Lusitania. Situação conjectural de Talabriga, *O Arqueólogo Português*, 12, Lisboa, 129-58.
- PINHO (1946): Margarida R. M. de Pinho, *Elementos para a história de Castelo de Paiva*, Coimbra.
- REBELO (1988): Maria Teresa H. Rebelo, *Informações arqueológicas: Arões, Castelões e Junqueira (Vale de Cambra)*, Relatº dactilogº, Coimbra, Instº de Arqueologia.
- RODRIGUES & RIBEIRO (1991): Sérgio E. Monteiro Rodrigues e João Pedro Cunha Ribeiro, A Estação paleolítica do Cerro (Madalena - Vila Nova de Gaia), *Revista da Faculdade de Letras. História*, II Série, VIII, Porto.
- RONCAYOLO (1986): Marcel Roncayolo, Região, in Romano, Ruggiero (dir.), *Enciclopédia Einaudi*, 8. Região, Lisboa, 161-89.
- SALVADOR (1992): Jorge Salvador, *Relatório dos trabalhos de limpeza no Castro de Ovil - Paramos, Espinho*, Relatº dactilogº, Espinho.
- SILVA, A.M. (1987): António Manuel S. P. Silva, *Introdução ao estudo do povoamento castrejo-romano na região de Arouca* (comunic. ao VI Colóquio Portuense de Arqueologia), no prelo.
- Idem* (1988): Notas para o estudo do período castrejo-romano no concelho de Arouca, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 28, Porto, 85-98.
- Idem* (1989-90): Um pequeno tesouro monetário tardo-romano de Arouca (Aveiro), *Nvmmvs*, II Série, XII/XIII, Porto, 29-38.
- Idem* & SALVADOR (1992): António Manuel S. P. Silva & Jorge Salvador, *O Castro de Ovil e o povoamento da região de Espinho da proto-história à romanização*, Relatº dactilogº, Espinho.
- SILVA, A. C. (1983): Armando Coelho Ferreira da Silva, As tesserae do Castro da Senhora da Saúde ou Monte Murado (Pedroso, Vila Nova de Gaia). Contributo para o estudo das instituições e povoamento da Hispânia Antiga, *Gaya*, I, V. N. Gaia, 9-26.
- Idem* (1983-84): A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal: habitat e cronologias, *Portvgalia*, Nova Série, IV/V, Porto, IAFLUP, 121-9.

- Idem* (1984): Aspectos da proto-história e romanização no concelho de Vila Nova de Gaia e problemática do seu povoamento, *Gaya*, II, V. N. Gaia, 39-58.
- Idem* (1986): *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira.
- Idem* (1992): Proto-história do Norte e Centro de Portugal, in Silva, A.C.F. & Gomes, M. V., *Proto-história de Portugal*, Univ. Aberta, 48, Lisboa, 29-97.
- Idem* & CENTENO (1982): Armando Coelho F. Silva e Rui Centeno, 1ª Campanha de Escavações Arqueológicas no Castro de Romariz (Vila da Feira, Aveiro) - 1980. Notícia sumária, *Humanidades*, 1, Porto, FLUP.
- Idem* & CENTENO (1993): *Habitat castrejo e aspectos de aculturação: a domus do Castro de Romariz (Santa Maria da Feira)*, Comunic. ao 1º Congresso de Arqueologia Peninsular (Porto, 1993), em vias de publicação.
- Idem et al.* (1984): Armando Coelho F. Silva, António Baptista Lopes e Maria J. F. Lobato, O forno romano de Canelas (Vila Nova de Gaia), *Gaya*, II, V. N. Gaia, 59-72.
- Idem et al.* (1986): Armando Coelho F. Silva, Celso Tavares da Silva e António Baptista Lopes, *Depósito de fundidor do final da Idade do Bronze do Castro da Senhora da Guia (Baiões, S. Pedro do Sul, Viseu)*, Porto.
- SILVA, E.J. (1990): Eduardo Jorge Lopes da Silva, Primeira notícia da escavação de emergência do núcleo megalítico de Carvalho Mau (S. Pedro do Paraíso - Castelo de Paiva), *Revista de Ciências Históricas*, V, Porto, Univ. Portucalense, 7-22.
- SILVA, F.A. (1993): Fernando A. Pereira da Silva, Megalitismo e tradição megalítica no Centro-Norte litoral de Portugal: breve ponto da situação, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XXXIII (1-2) (1º Congresso de Arqueologia Peninsular, *Actas*, I), Porto, 93-13.
- SOUSA (1947-48): Arlindo de Sousa, Vila da Feira lusitano-romana, *Douro Litoral*, 2ª Série, VIII (p. 52-9), IX (p. 35-40) e 3ª Série, I (p. 37-49), II (p. 21-5), Porto.
- Idem* (1954): Umica (Civilizações pré-histórica, proto-histórica, romana (...)) no concelho da Feira), *Arquivo do Distrito de Aveiro*, XX, Aveiro, 3-31, 165-91.
- SOUTO A. (1930): Alberto Souto, *A estação arqueológica de Cacia. I - Primeiras palavras, primeiras impressões*, Aveiro.
- Idem* (1942): Romanização no Baixo-Vouga. (Novo "oppidum" na zona de Talábriga), *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, 9 (4), 283-328
- SOUTO D. (1958): Dulce Souto, Subsídios para uma carta arqueológica do Distrito de Aveiro no período de Romanização, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, 24, Aveiro, 241-76.
- VAZ (1981-82): João L. da Inês Vaz, Primeira campanha de escavações em Cristelo da Branca, *Boletim da ADERAV*, núms. 6 e 7, Aveiro.
- Idem* (1983): *Escavações no Cristelo da Branca. Breves notas*, sep. "Munda", 5, Coimbra.

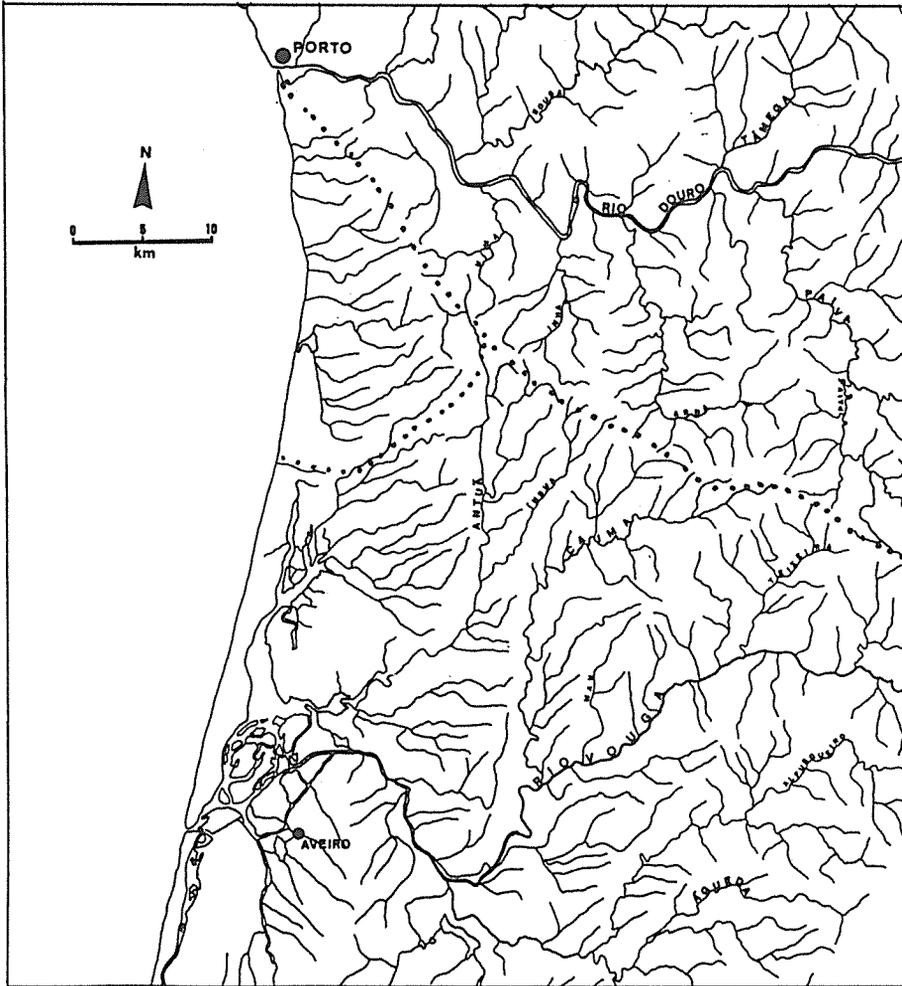
Est. I



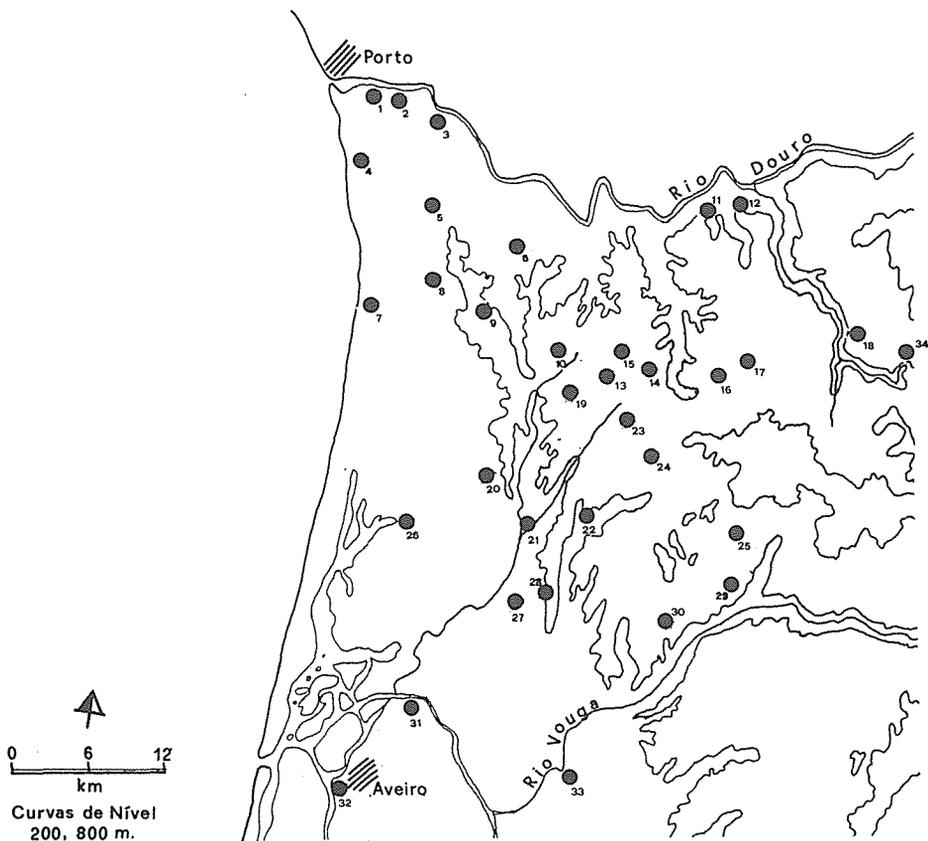
1 — Localização da zona estudada no Norte de Portugal.



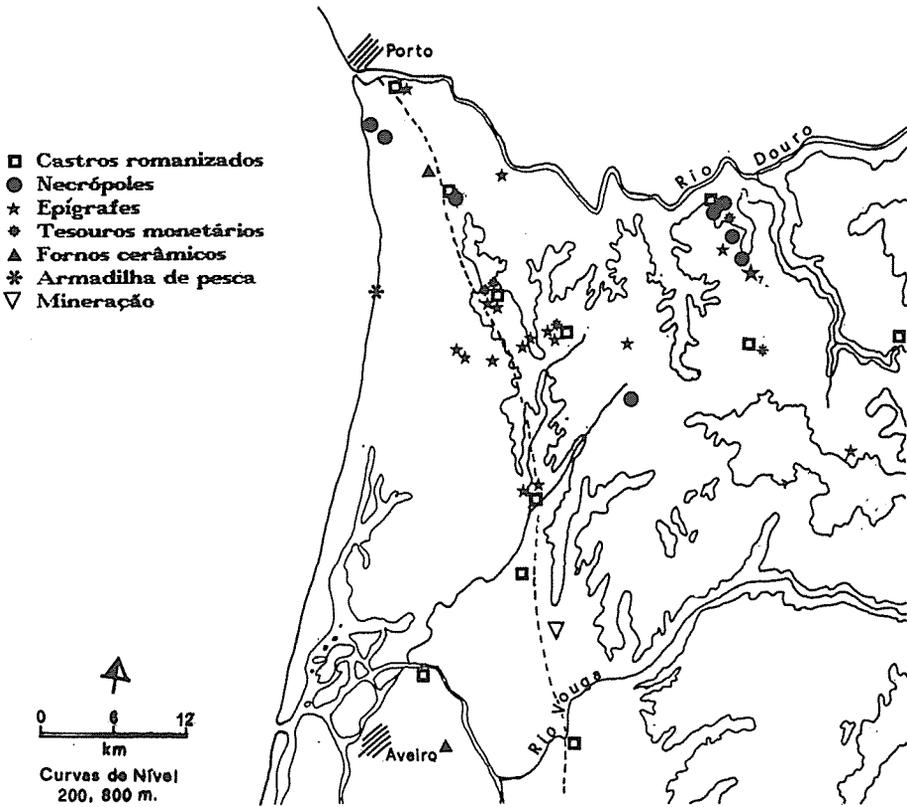
2 — Esboço hipsométrico do Entre-Douro-e-Vouga.



1 — Rede hidrográfica da região considerada. A pontilhado, a separação esquemática entre a Bacia do Douro (margem esquerda), onde o Uíma, o Inha, o Arda e o Paiva/Paivó constituem os principais cursos, e a do Vouga (margem direita), destacando-se o Antuã e o Caima, bacias a que escapam, apenas, no sector NO. da área, um conjunto de ribeiros que correm directamente para o Atlântico.



1 — Carta de distribuição dos Castros. 1 - Castelo de Gaia, 2 - Mafamude, 3 - Baiza, 4 - Madalena, 5 - Monte Murado, 6 - Sandim (todos em Vila Nova de Gaia); 7 - Ovil (Espinho); 8 - Moselos, 9 - Fiães, 10 - Romariz (Santa Maria da Feira); 11 - Sardoura, 12 - Fornos (Castelo de Paiva); 13 - Coruto, 14 - Monte Castêlo, 15 - Crasto de Mansores, 16 - Cividade, 17 - Valinhas, 18 - Alvarenga (Arouca); 19 - Cesar, 20 - Recarei, 21 - Ul, 22 - Ossela, 23 - Perrinho (Oliveira de Azeméis); 24 - Sandiães, 25 - Chão de Carvalho (Vale de Cambra); 26 - Salreu (Estarreja); 27 - Cristelo, 28 - S. Julião (Albergaria-a-Velha); 29 - Paradela, 30 - Pena (Sever do Vouga); 31 - Cacia, 32 - Verdemilho (Aveiro); 33 - Cabeço do Vouga (Águeda); 34 - Cabril (Castro Daire).



1 — Carta de distribuição dos vestígios de ocupação romana (a tracejado, o traçado esquemático da via ad Bracaram).